

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.383 - SP (2019/0359722-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : JOAO SOARES MATOS (PRESO)
OUTRO NOME : JOAO SOARES DE MATOS (PRESO)
ADVOGADO : MARCIO DE OLIVEIRA SAMPAIO - SP220323
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOAO SOARES MATOS ou JOAO SOARES DE MATOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n.2220112-11.2019.8.26.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi denunciado em 26/9/2007 por ter supostamente praticado delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso II, do Código Penal (homicídio qualificado). Em 2/10/2007, ao receber a peça acusatória, o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva, cujo mandado foi efetivamente cumprido apenas no dia 25/7/2019. Ajuzado pleito de liberdade provisória, o pedido foi indeferido.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão acostado às fls. 115/118.

No presente recurso, ressalta as condições pessoais favoráveis do recorrente. Alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma a extemporaneidade da medida. Indica inexistirem notícias de que o recorrente, ao longo dos 13 anos em que esteve em liberdade, tenha se envolvido em outros delitos. Pondera que seu contexto social hoje é outro: constituiu família, possui residência fixa e emprego lícito, razões pelas quais não mais subsiste o risco de fuga do distrito de culpa.

Sustenta a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere, incluída a possibilidade de pagamento de fiança. Argumenta que, em caso de condenação, o regime inicial para o cumprimento da reprimenda poderá ser o semiaberto. Desse modo, pondera que a manutenção da prisão cautelar seria desproporcionalmente

severa.

Aduz excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a custódia cautelar perdura por mais de 120 dias sem que a instrução tenha sido encerrada. Atribui a mora ao Ministério Público estadual, posto insistir na oitiva de testemunhas ainda não localizadas para intimação, o que já deu causa a três adiamentos da audiência de instrução e julgamento.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com expedição de alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao Juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator